

Competência crítica em informação como meio de inclusão digital no contexto dos povos originários

Critical information literacy as an means for digital inclusion in the context of original peoples

La competencia crítica en información como medio de inclusión digital en el contexto de los pueblos originários

Angerlânia Rezende

Doutoranda em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil;

 <https://orcid.org/0000-0002-8284-6071> E-mail: lanny.rezende3@gmail.com

Ronnie Anderson Nascimento de Farias

Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-8239-4936> E-mail: ronnie.faria@academico.ufpb.br

Eliane Bezerra de Paiva

Doutora em Linguística
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil;

 <https://orcid.org/0000-0002-9925-0143> E-mail: paivaeb@gmail.com

Rev. Inf. na Soc. Contemp., Natal, RN, v. 9, 2025
ISSN 2447-0198

DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2025v9n1>

Submetido em: 05-11-2024
Reapresentado em: 20-01-2025
Aceito em: 27-01-2025



RESUMO

A competência crítica em informação pode manter a diversidade cultural e promover a resistência e a emancipação frente à exclusão e a vulnerabilidade impostas por forças dominantes no mundo contemporâneo. A inclusão digital indígena em meio a sociedade da

informação ainda tem sido um desafio frequente. Dessa maneira, este trabalho objetiva apresentar uma discussão teórica sobre a competência crítica em informação como meio para a inclusão digital dos povos originários. A partir de uma pesquisa exploratório-descritiva e qualitativa, apresenta um conjunto de possibilidades e de discussões resultantes de levantamentos bibliográficos realizados durante a elaboração do referencial teórico de uma pesquisa de doutorado em andamento, que tem como tema central a competência crítica em informação no contexto dos povos originários. Como resultado, expõem-se um conjunto de possibilidades, em domínios da competência crítica em informação, com as possíveis ações de inclusão digital. Essas possibilidades são importantes para a compreensão das potencialidades dessa competência como forma de resistência e de superação das condições de subalternização, de opressão, de marginalização e de exclusão por que passam os povos originários. Considera que, ao desenvolver essa competência, os povos originários possam identificar e contestar narrativas eurocêntricas e dominantes, promovendo uma visão de mundo que valorize seus próprios saberes e tradições.

Palavras-chave: competência crítica em informação; povos originários; meios de inclusão digital.

ABSTRACT

Critical information literacy can be fundamental to maintaining cultural diversity and promoting resistance and emancipation in the face of exclusion and vulnerability imposed by dominant forces in the contemporary world. Indigenous digital inclusion in the information society has still been a frequent challenge. In this way, this work aims to present instruments of critical information literacy for the digital inclusion of original peoples. Based on exploratory-descriptive and qualitative research, it presents a set of possibilities and discussions resulting from bibliographical surveys carried out during the elaboration of the theoretical framework of an ongoing doctoral research, which has as its central theme Critical information literacy in the context of indigenous peoples. As a result, a set of possibilities are exposed, in areas of critical information literacy, with possible digital inclusion actions. These possibilities and actions are important for understanding the potential of this competence as an instrument of resistance and overcoming the conditions of subalternization, oppression, marginalization and exclusion that native peoples experience. It considers that, by developing this competence, original peoples can identify and challenge Eurocentric and dominant narratives, promoting a worldview that values their own knowledge and traditions.

Keywords: critical information literacy; original peoples; digital inclusion means.

RESUMEN

La competencia crítica en información puede mantener la diversidad cultural y promover la resistencia y la emancipación frente a la exclusión y la vulnerabilidad impuestas por las fuerzas dominantes en el mundo contemporáneo. La inclusión digital indígena en la sociedad de la información sigue siendo un desafío frecuente. De esta manera, este trabajo tiene como objetivo presentar una discusión teórica sobre la competencia crítica informacional como medio para la inclusión digital de los pueblos originarios. A partir de una investigación exploratoria-descriptiva y cualitativa, presenta un conjunto de posibilidades y discusiones

resultantes de levantamientos bibliográficos realizados durante la elaboración del marco teórico de una investigación doctoral en curso, que tiene como tema central la competencia crítica en información en el contexto de los pueblos originarios. Como resultado, se exponen un conjunto de posibilidades, en áreas de competencia crítica em información con posibles acciones de inclusión digital. Estas posibilidades son importantes para comprender el potencial de esta competencia como forma de resistencia y superación de las condiciones de subalternización, opresión, marginación y exclusión que viven los pueblos originarios. Considera que, al desarrollar esta competencia, los pueblos originarios pueden identificar y desafiar las narrativas eurocéntricas y dominantes, promoviendo una cosmovisión que valore sus propios conocimientos y tradiciones.

Palabras-clave: competencia crítica en información; pueblos originarios; medios de inclusión digital.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, sabe-se das lutas enfrentadas pelas comunidades indígenas no Brasil. É comum presenciarmos batalhas travadas por territórios, espaços, educação dentre outras. Isso é resultado do processo que começou com a tomada territorial por parte dos europeus que se assenhoraram das terras, dos espaços de reprodução social, cultural e também de sua própria cultura, assim como fizeram com o povo negro. Toda essa escravização, gerou perdas levando esses povos à margem, ao esquecimento, à vulnerabilidade, ou ainda, como explicitado por Souza (2009), é só mais uma “ralé brasileira”, apagada, esquecida, que sofre preconceitos e pertencem a uma subsociedade em que os problemas sociais como a pobreza e a exclusão podem ser “superadas” através da “meritocracia” com base nos “esforços”, pois a culpa é do sujeito por estar e pertencer a determinado espaço e grupo.

É importante considerar, que apesar das contradições, o contexto atual é tido como “era da informação” (Castells, 2003), que abarca o fenômeno da sociedade da informação, entendido como uma conjuntura em que a informação “[...] caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do Estado” (González de Gómez, 2003, p. 61). Logo, considerar a inclusão digital dos povos originários é uma necessidade, uma vez que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), provocam significados e mudanças nas forças comunicacionais e na forma de interação social da humanidade.

É ingênuo pensar que as comunidades indígenas não necessitam ou precisam de acesso à internet e às TICs, mediante a sociedade da informação. Construções e questionamentos a esse respeito, baseados em estereótipos sobre os porquês do acesso nas comunidades indígenas, ainda são presenciados, cotidianamente, o que desconsidera a diversidade cultural e o direito ao acesso à informação desses povos. Essas ideias preconceituosas remetem à presença indígena, à temporalidade confeccionada ainda no período pré-colonial à espacialidade inerente à floresta. Assim, quando se fala de povos originários no Brasil corrente é comum acionar o referencial de um indígena genérico, personificado na imagem do indígena amazônico, que vive nu e isolado em determinados espaços no país (Soares, 2012; Krenak, 2019).

Diante disso, os povos originários no Brasil ainda enfrentam desafios significativos no acesso e uso das tecnologias digitais, o que reflete a perpetuação de desigualdades históricas e a exclusão de espaços informacionais essenciais para sua autonomia e fortalecimento cultural. Ressalta-se também, que na atual conjuntura social existem as forças do capitalismo informacional que coloca o controle da informação nas mãos de um número reduzido de pessoas, criando uma concentração de poder que agrava as formas de exclusão, fazendo com que uma vasta parcela da população tenha acesso limitado ou distorcido da informação e das TICs de qualidade, enquanto as elites têm meios para manipular e monopolizar toda a informação (Bezerra, 2024).

Em meio a esse cenário, a competência crítica em informação oferece, ferramentas para a inclusão informacional ao capacitar os sujeitos a identificar e questionar as formas de exclusão que estão implícitas na circulação e controle da informação e das tecnologias. Na percepção de Tewell (2015) a competência crítica em informação (*critical information literacy*) está relacionada a uma abordagem que vai além da simples capacidade de acessar, avaliar e usar informações de forma eficiente. Esse tipo de competência permite que o indivíduo tenha uma compreensão mais profunda das estruturas de poder, desigualdades e contextos sociais que moldam a produção, disseminação e acesso à informação.

No caso dos povos originários, essa competência é fundamental para garantir que o processo de inclusão digital não reproduza as mesmas lógicas coloniais e opressivas que historicamente excluíram suas vozes e conhecimentos, uma vez que conforme Brisola (2021), essa competência enfatiza a importância de uma abordagem crítica e questionadora na

interação com a informação, visando à autonomia informacional, à emancipação social e ao exercício consciente da cidadania. No contexto de populações vulneráveis, como comunidades indígenas, a competência crítica em informação torna-se fundamental para enfrentar exclusões digitais, resistir à colonialidade informacional e afirmar identidades culturais.

Mediante a essa explanação, observa-se a relevância da competência crítica em informação como meio para a enfrentamento da exclusão digital dos povos originários, e como essa relevância presente na literatura serve para a inclusão dos povos indígenas, considerando que a competência crítica em informação ajuda os grupos vulneráveis e excluídos a resistirem à desinformação, ao apagamento cultural e ao silenciamento de suas vozes. Assim, este artigo objetiva apresentar uma discussão teórica sobre a competência crítica em informação como meio para a inclusão digital dos povos originários.

O texto contempla parte da pesquisa bibliográfica de uma tese de doutorado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Este artigo está estruturado da seguinte maneira, a saber: após esta introdução os procedimentos metodológicos; em seguida são apresentados os apontamentos sobre o aporte teórico e as análises e discussões acerca das potencialidades da competência crítica em informação e, finalmente, as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere ao delineamento metodológico, quanto ao objetivo, definiu-se a pesquisa como exploratório-descritiva a partir do entendimento de Minayo (2010), na medida em que buscou levantar e descrever elementos e características da competência crítica em informação para a inclusão digital no contexto dos povos originários.

Quanto à abordagem, caracterizou-se como pesquisa qualitativa, pois buscou estudar elementos em níveis não quantificáveis (Minayo, 2010), focando na contextualização e na delimitação de categorias analíticas básicas, que potencializam as relações dinâmicas entre competência crítica da informação e inclusão digital dos povos originários, visando a democracia do acesso a esse campo.

Já com relação aos procedimentos de coleta de dados, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, que, conforme Gil (2008), esse tipo de pesquisa é um procedimento metodológico

fundamental que visa a coleta, a análise e a interpretação de informações já publicadas sobre a temática no contexto dos povos indígenas. Assim, a coleta de dados foi realizada via levantamentos bibliográficos por meio de seleções de fontes acerca das possíveis ações da competência crítica em informação para a inclusão digital dos povos originários, realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci). Os requisitos de inclusão foram os trabalhos que abordassem sobre a “inclusão digital de povos originários”, “inclusão digital de povos indígenas”, “inclusão e exclusão de povos indígenas” e “competência crítica em informação de povos originários/indígenas”, no espaço de tempo de 2000 até 2024. Foram recuperados 13 artigos, onde observamos as possibilidades de inclusão digital presentes nessa literatura.

3 PERSPECTIVAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

A segunda metade do século XX é marcada pelas transformações tecnológicas, que mudaram a forma de comunicar e alteraram as dinâmicas sociais, como bem sabemos. Essas mudanças trouxeram vários benefícios que facilitaram e ajudam nos processos de comunicação. No entanto, é comum presenciarmos a necessidade de acesso às ferramentas tecnológicas por parte das minorias sociais.

A precariedade do acesso às Aldeias pelas estradas, por exemplo, repete-se na dificuldade de acesso à tecnologia digital para esses povos. A falta de estrutura e equipamentos — tais como redes de comunicação, computadores, celulares, câmeras, internet para o uso diário dos habitantes dessas comunidades — afeta de forma considerável o processo educativo das crianças, jovens e adultos das Aldeias, pois muitas sequer têm sinal de *wi-fi* ou acesso à internet e às redes sociais (Baggio *et al.*, 2023, p. 180).

Observa-se que a exclusão digital é acentuada pela falta de infraestrutura em áreas remotas onde muitas comunidades indígenas estão localizadas. A ausência de acesso à internet de qualidade e a dispositivos tecnológicos, por exemplo, limita a capacidade dessas comunidades de participar do mundo digital. Bezerra (2024) observa que essas falhas estruturais deficientes nessas regiões onde habitam os povos originários não apenas restringem o acesso, mas perpetuam a marginalização cultural e econômica. Essa situação gera um ciclo vicioso em que a falta de conectividade impede a educação digital, o desenvolvimento econômico e o fortalecimento das vozes indígenas.

Nesse contexto, entende-se por exclusão, conforme Lopes (2006), um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, a insegurança, a falta de justiça e a falta de cidadania, entre outras. Ou seja, esse conjunto de fatores “ditam” as regras e classificam os espaços, tornando invisíveis e excluídos todos os que pertencem a esse campo.

Para a Comissão das Comunidades Europeias (2003), a exclusão compreende um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou da falta de competências/conhecimentos básicos e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação. Essa exclusão gera o apagamento daquilo que não se aceita enxergar, resultando na discriminação, acarretando a violência em suas diversas formas. Ao longo da história essa violência e apagamento foi e é bem comum nas mais de 200 comunidades indígenas existentes no Brasil, como bem se sabe.

Posto isso, com relação ao entendimento de inclusão, pode se dizer, conforme a Comissão das Comunidades Europeias (2003), que é o processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acendam às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural e se beneficiarem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem.

Assim, a inclusão digital pode ser definida como a disponibilidade de oportunidades e recursos, seja por meio de políticas que priorizem, incluam e capacitem, sejam por meio de práticas educacionais ou através da apropriação de ferramentas tecnológicas. A inclusão digital também está interligada ao conceito de justiça informacional, que busca garantir que todos tenham não apenas acesso à informação, mas também a capacidade de influenciar sua produção e disseminação (Baggio *et al.*, 2023).

Santos Neto (2023) enfatiza que a justiça informacional é um componente essencial para a inclusão digital, pois permite que as comunidades indígenas desenvolvam um controle sobre suas narrativas e conhecimentos. Essa perspectiva é fundamental em um cenário onde as tecnologias podem ser utilizadas tanto como ferramentas de empoderamento quanto de opressão. Assim, a inclusão digital, ao ser implementada de forma sensível e respeitosa, pode

contribuir para a equidade e a justiça social, garantindo que todos os grupos, especialmente os povos originários, tenham a oportunidade de participar plenamente da sociedade digital.

3.1 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO AÇÃO INCLUSIVA

A competência crítica em informação, no contexto dos povos originários, representa um poderoso meio de inclusão e valorização dos seus conhecimentos. Essa abordagem vai além das habilidades tradicionais de busca e uso da informação, propondo um engajamento crítico e reflexivo que desafia as estruturas de poder e conhecimento dominantes existentes no mundo contemporâneo (Rezende; Paiva; Souza, 2024).

Na visão de Tewell (2015) e Downey (2016), essa competência tem o propósito de encorajar o sujeito a agir sobre as estruturas opressivas e abusivas de poder subjacentes à produção e à disseminação de informação. Com efeito, parte de uma proposta que busca estimular os sujeitos a se empoderarem e se emanciparem por meio da informação para, então, serem capazes de identificar e agir sobre as estruturas abusivas, reduzindo situações de vulnerabilidade e exclusão a que foram submetidos.

Pode-se enfatizar, que a competência crítica em informação, treina e capacita o sujeito a enxergar possibilidades de enfrentamento da subalternização, da opressão e da exclusão, podendo ela se apresentar como fator de resistência e inclusão social, especialmente para grupos compostos por minorias étnicas, que é o caso dos povos originários. Esse tipo de competência é ainda uma potencializada estratégia orientada à tomada de consciência, à construção da autonomia e à transformação de estruturas vigentes (Rezende; Paiva; Souza, 2024).

Além disso, diante conhecimento sobre o capitalismo informacional, que compreende uma abordagem teórica destinada a examinar as transformações decorrentes da expansão das tecnologias digitais de informação e de comunicação como artefatos constitutivos das relações de experiência e de poder do sistema capitalista vivenciado pela humanidade, a competência crítica em informação proporciona aos sujeitos a atitude crítica frente aos aspectos sociais, políticos e econômicos que envolvem todos esses processos informacionais (Schneider, 2019).

Bezerra (2024), salienta que a inclusão digital sem uma abordagem crítica da competência pode reforçar as desigualdades existentes, ao permitir que grupos mais

poderosos se apropriem das informações de comunidades vulneráveis. Ele destaca que o capitalismo informacional tende a explorar os dados e saberes dos povos originários, muitas vezes sem que esses grupos tenham a capacidade ou os meios de controlar esse processo. Nesse sentido, a competência crítica em informação surge como uma ferramenta fundamental para resistir a essas práticas exploratórias e garantir uma inclusão digital que respeite os direitos e as especificidades culturais das comunidades indígenas.

3.2 INFORMAÇÃO INDÍGENA E SEUS SABERES ANCESTRAIS

Sabe-se que durante séculos, as políticas coloniais visavam dizimar as culturas indígenas e impor uma narrativa hegemônica sobre o território, os recursos naturais e até mesmo a própria identidade dos povos originários (Rezende; Paiva; Souza, 2024). Na concepção de Pereira e Souza (2022), discussões voltadas aos conhecimentos tradicionais associados às suas formas e costumes diversos são especialmente importantes para proteção e preservação de sua identidade, além da permanência de tais comunidades em seus ambientes, pois isso evita o êxodo e a perda de saberes e heranças ancestrais. Nesse contexto, a informação indígena era sistematicamente desvalorizada, marginalizada ou mesmo proibida, sendo impostos os costumes e as tradições dos colonizadores (Mignolo, 2017). Reconhecer que a história da opressão dos povos originários está intrinsecamente ligada à supressão de sua informação e de seu conhecimento é de extrema importância.

Além disso, Terena (2010), salienta que fatores como a falta de acesso a recursos educacionais adequados, a discriminação linguística e a falta de reconhecimento institucional de suas formas de conhecimento são apenas algumas das barreiras que impedem a plena valorização da informação indígena. Na base de tudo isso, se encontram as marcas do processo histórico de colonização que deixa como herança a ideia de que todo conhecimento, sabedoria e verdades se concentram nos países europeus, sendo as outras nações e civilizações atrasadas “[...] e infantis, nelas não havia a sabedoria real, mas unicamente mitologia e, ainda, valorizada como superstição. Por essa razão, havia um desprezo total” (Terena, 2010, p. 27).

A apropriação cultural e a mercantilização de elementos da cultura indígena representam uma ameaça à integridade e à autenticidade dos conhecimentos tradicionais

(Rezende; Paiva; Souza, 2024). Os saberes indígenas, muitas vezes, são reduzidos a produtos exóticos para consumo massivo, enquanto as comunidades detentoras desses conhecimentos são marginalizadas ou excluídas do processo de comercialização (Almeida, 2010), o que já mudou e vem mudando e tendo uma evolução nos olhares reflexivos sobre esse tema, dando mais espaço à produção de saberes e de informação indígena.

Dessa forma, é importante destacar que o conceito de informação indígena ainda é pouco explorado na literatura da Ciência da Informação. Paiva (2013), pode-se considerar como uma referência importante de pesquisa nesse campo, para quem a informação indígena abrange uma variedade de textos e de documentos sobre o conhecimento dos povos indígenas e a respeito deles, independentemente do suporte em que se encontram. Em decorrência de sua complexidade, esse conceito incorpora vários campos do conhecimento, tais como Antropologia, Linguística, Saúde, Educação, Arte e Direito, entre outros.

A informação indígena presente nas fontes de informação permite, na visão de Dorrico (2018), que os povos originários protagonizem a produção de conhecimento, revisitando a história para construir identidades e memórias que rejeitam quaisquer ideias de traumas ou de desolação pós-conquista de seus territórios, e, ainda mais, a ideia de extinção dos povos originários.

Já na concepção de Rezende *et al.* (2023), as fontes de informação especializadas em informação indígena apresentam informações produzidas por indígenas ou sobre eles, utilizando suportes que incluem canais tradicionais, como livros, bibliotecas, museus, arquivos e eventos, além dos canais digitais disponíveis na internet, como bases de dados, repositórios, periódicos, documentários, mídias sociais e páginas governamentais, entre outros.

O entendimento de informação indígena é fundamental para o entendimento, a valorização e a preservação das culturas e dos conhecimentos tradicionais, na medida em que ajuda a promover também a justiça social e a inclusão desses sujeitos, uma vez que suas práticas, suas tradições e seus saberes são desenvolvidos e mantidos ao longo de gerações e que foram diminuídas, silenciadas e, até mesmo, esquecidas em decorrências das práticas impostas pelos colonizadores. Dessa forma, esses conceitos contribuem para o fortalecimento e a aplicação de ações que promovam benefícios e equidade para essas comunidades diversas.

3.3 POLÍTICAS E COMPETÊNCIAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL

Ao se tratar de inclusão digital no contexto dos povos originários é importante, explicar sobre as políticas públicas de inclusão e as competências para essa inclusão digital. Vale ressaltar que essas políticas e competências são essenciais para promover uma participação equitativa e consciente no ambiente digital. Elas devem ser desenhadas a partir de uma perspectiva decolonial, reconhecendo as particularidades culturais, linguísticas e históricas dos povos originários (Oliveira, 2022). É necessário garantir que as comunidades indígenas tenham a capacidade de utilizar as tecnologias de maneira crítica, refletindo sobre o impacto dessas ferramentas em seus modos de vida e tradições, uma vez que:

As políticas públicas de inclusão digital pressupõem, em geral, que há uma exclusão digital causada pela distribuição desigual do acesso às redes de comunicação interativa mediadas por computadores conectados à internet; prescreve-se, como solução democrática, a universalização do acesso a tais redes, assim como a democratização da informação. Mas se compreende que a questão não é apenas de acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), ela está aliada a capacidade de potencialização das TIC como possibilitadora da construção e socialização do conhecimento crítico historicamente produzido para as resoluções das problemáticas sociais, culturais, econômicas e políticas (Borges, 2012, p. 85).

Uma das finalidades dessas políticas é a promoção da autonomia informacional. Como aponta Gomes (2020), as políticas públicas voltadas para a inclusão digital indígena devem assegurar que as comunidades tenham controle sobre seus dados e conhecimentos. Isso inclui o direito ao consentimento prévio, livre e informado sobre como suas informações serão coletadas, armazenadas e utilizadas. Sem esse controle, a inclusão digital pode perpetuar formas de colonialismo digital, em que os saberes e as tradições indígenas são apropriados por agentes externos, como empresas de tecnologia e instituições acadêmicas.

Além disso, deve-se pensar em uma educação informacional crítica, como sendo um dos pilares dessas políticas. Essa educação deve capacitar os povos indígenas a analisar criticamente os conteúdos que circulam na internet, saber avaliar a veracidade das informações e identificar possíveis ameaças, como a desinformação e a apropriação indevida de seus conhecimentos tradicionais (Rezende; Paiva; Souza, 2024). Santos Neto (2023) argumenta que a educação digital crítica não apenas proporciona o domínio técnico das ferramentas digitais, mas também forma cidadãos críticos capazes de resistir às dinâmicas de

exclusão informacional. Dessa forma, essas políticas devem incluir programas educacionais que promovam o letramento informacional e digital, considerando os saberes tradicionais e os modos de aprendizagem próprios das comunidades indígenas existentes no Brasil.

Ainda sobre essas políticas, outro ponto relevante é a criação de plataformas digitais próprias, que respeitem as epistemologias e as práticas culturais dos povos originários. As políticas de inclusão digital devem incentivar a construção de redes digitais que reflitam as realidades locais e fortaleçam a transmissão de conhecimentos (Rezende *et al.*, 2023). Ainda conforme Rezende *et al.* (2023), essas plataformas podem servir como espaços seguros para o compartilhamento e a preservação dos saberes indígenas, sem o risco de exploração ou distorção por terceiros.

É essencial, de acordo com Oliveira (2022), que essas políticas garantam o reconhecimento dos direitos digitais dos povos indígenas. Isso inclui a proteção da propriedade intelectual coletiva, o reconhecimento das línguas indígenas nas plataformas digitais e a criação de normativas que assegurem a não exploração comercial dos dados das comunidades. A inclusão digital dos povos indígenas só será verdadeiramente inclusiva se for acompanhada de um reconhecimento legal e institucional dos direitos informacionais e culturais dessas comunidades (Santos Neto, 2023).

Portanto, as políticas e competências de inclusão, no contexto indígena devem adotar uma abordagem holística, que vá além da simples capacitação tecnológica, e que assegure a autonomia, o respeito cultural e o empoderamento digital dessas comunidades. É necessário também que as políticas públicas governamentais sejam repensadas e percebam a necessidade de se desenvolver métodos que capacitem e sejam pensados para a inclusão e equidade das comunidades indígenas existentes no Brasil.

4 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO MEIO DE INCLUSÃO DIGITAL

Como já explanado no decorrer deste texto, percebe-se que a competência crítica em informação é uma ferramenta de inclusão digital para os povos originários, pois vai além do simples acesso às tecnologias. Essa competência trabalha a capacidade do sujeito de avaliar, interpretar e questionar as informações de forma crítica, permitindo que essas comunidades não só utilizem as tecnologias da informação e comunicação, mas também as integrem em

suas práticas culturais de forma emancipatória e equitativa. No Quadro 1, são apresentadas algumas possibilidades de inclusão digital no contexto dos povos originários com base na competência crítica em informação.

Quadro 1 – Possibilidades de inclusão digital com base na competência crítica em informação

Possibilidades	Descrição	Objetivos
Educação Digital Crítica	Formação de membros das comunidades indígenas para usar tecnologias digitais de maneira crítica, entendendo as dinâmicas de poder e controle na <i>internet</i> .	Capacitar as comunidades a controlar o uso de suas informações e combater a apropriação indevida.
Desenvolvimento de Plataformas Digitais Indígenas	Criação de plataformas e redes digitais próprias, que reflitam as culturas, línguas e valores dos povos indígenas.	Garantir que as comunidades tenham autonomia na disseminação de seus conhecimentos e tradições.
Proteção dos Direitos Informacionais	Implementação de políticas para garantir o consentimento prévio, livre e informado antes da coleta e uso de dados digitais de povos indígenas.	Assegurar o respeito aos direitos de propriedade intelectual e cultural dos povos originários.
Preservação e Difusão de Conhecimentos Tradicionais	Utilização de tecnologias digitais para registrar e preservar saberes tradicionais, promovendo a difusão de conhecimentos indígenas de forma respeitosa.	Promover a visibilidade dos saberes indígenas, garantindo que sejam preservados de forma culturalmente justa.
Alfabetização Midiática e Informacional	Desenvolvimento de habilidades para interpretar e avaliar criticamente conteúdos <i>online</i> , fortalecendo a resistência contra a desinformação e estereótipos.	Fortalecer a capacidade dos povos indígenas de usar a <i>internet</i> para fins de educação e autoexpressão.
Construção de Redes de Colaboração e Resistência Digital	Estabelecimento de redes colaborativas entre diferentes povos indígenas, conectando comunidades para fortalecer sua presença e voz nas esferas digitais.	Fomentar a criação de redes solidárias que protejam e amplifiquem os direitos digitais das comunidades.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Tewell (2015), Downey (2016), Schneider (2019), Brisola (2021), Rezende, Paiva e Souza (2024).

Essas possibilidades apresentadas no Quadro 1, reforçam a importância da inclusão digital no contexto dos povos originários, uma vez que conforme Krenak (2019) e Bezerra (2024), a inclusão digital deve ser pensada de forma crítica, considerando a relação intrínseca entre o ser humano e a natureza. A inclusão digital de comunidades indígenas com uma abordagem crítica permite também a construção de novos espaços de reivindicação de direitos e visibilidade, onde as vozes indígenas podem ser amplificadas de maneira significativa.

Possibilidades de inclusão digital que envolvam e capacitem, ao lado de abordagens pedagógicas que considerem os contextos culturais dos povos indígenas, são essenciais. Isso significa não apenas ensinar o uso técnico de computadores e *internet*, mas fomentar uma alfabetização crítica em TICs, para o indígena não se tornar o que Krenak (2019) apresenta

com sendo colonialismo digital. Na visão do autor é fundamental que os povos indígenas não se deixem colonizar digitalmente, ou seja, que mantenham suas raízes culturais intactas, mesmo com o uso da tecnologia. A reflexão crítica digital presente na competência crítica permite que os povos originários defendam seus direitos sobre suas informações e saibam valorizar suas culturas.

Na visão de Baniwa (2021), a inclusão digital pode ser um caminho para a autodeterminação dos povos indígenas, desde que aliada a uma educação crítica que permita a apropriação consciente das tecnologias. Para o autor, a inclusão digital não é apenas uma questão técnica, mas uma questão política, relacionada ao direito dos povos indígenas de controlarem suas próprias narrativas e informações. Ele alerta que, sem uma mediação adequada, o acesso às tecnologias pode levar à reprodução das desigualdades sociais no ambiente digital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou apresentar uma discussão teórica sobre a competência crítica em informação como meio para a inclusão digital dos povos originários. Pontua-se que esse tema não possui muitos trabalhos recentes e essa temática ainda é incipiente no campo da ciência da informação. Observamos ainda uma literatura com poucos trabalhos recentes e atuais na base de dados pesquisada.

O atraso nas condições subjetivas, sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos que sofreram colonização, tanto nas Américas quanto em outras partes do mundo, é fruto das estruturas de poder modernas e capitalistas que foram herdadas do colonialismo. Essas estruturas estão baseadas em uma complexa teia de exclusão e opressão, que perpetua desigualdades e marginalizações, principalmente de comunidades em situação de vulnerabilidade. Essas dinâmicas, formadas ao longo do período colonial, ainda moldam as relações contemporâneas, mantendo uma desigualdade profunda de muitos povos.

A competência crítica em informação pode ser uma poderosa ferramenta de resistência social para os povos originários, permitindo processos de dinâmicas inclusivas diante das esferas do poder existentes. Na prática, isso implica a desconstrução de mitos e estereótipos que foram impostos por séculos de colonização, possibilitando que os povos indígenas recuperem suas narrativas e identidades de maneira autônoma e autêntica.

Essa competência crítica, de forma mais ampla, oferece a base para atitudes emancipatórias, promovendo a reavaliação das estruturas de poder, existência e, particularmente, de conhecimento que sustentam as dinâmicas hegemônicas modernas. Ao fomentar uma análise criteriosa das fontes de informação e dos discursos, a competência crítica contribui para o combate a preconceitos presentes em narrativas coloniais. Isso abre espaço para a construção de novas visões que respeitem e integrem os saberes e valores dos povos originários, promovendo processos contínuos e reflexivos que permitam a valorização e a emancipação de vozes historicamente marginalizadas.

É importante desconstruir a visão de que os povos originários não podem ter contato com ferramentas tecnológicas, uma vez que a tecnologia evolui mundialmente, apesar de muitos ainda serem excluídos digitalmente. É preciso pensar em políticas que não fiquem somente na teoria e sejam implementadas gerando transformação social nessas comunidades. Vale ressaltar que, não necessariamente, os indígenas vivem em isolamento. Além disso, não se deixa de ser indígena através de contato com as tecnologias e ferramentas digitais que os incluam digitalmente, pois seus processos identitários e culturais vão além do contato com as TICs e com a internet, ou seja, são processos que fazem parte da sociedade da informação à qual o indígena também é pertencente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Série História; 15).

BAGGIO, Claudia Carmem; BISSET-ALVAREZ, Edgar; LIRA, Edna Karina da Silva; SILVEIRA, Paola Carvalho da. Uso da tecnologia digital pelos povos indígenas no Brasil: um estudo na Aldeia Kaingang. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 37, n. 97, p. 175-194, oct./dic. 2023. DOI: <https://doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2023.97.58795>. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v37n97/2448-8321-ib-37-97-175.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BANIWA, Denilson. Arte indígena contemporânea por Denilson Baniwa. Entrevista concedida a Marcelo Garcia Rocha. **Rotura: Revista de Comunicação, Cultura e Artes**, Faro, Portugal, n. 2, p. 93-97, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34623/c4gg-0795>. Disponível em: <https://publicacoes.ciac.pt/index.php/rotura/article/view/39/26>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da Informação: dilemas éticos da era digital**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2024.

BORGES, Luzineide Miranda. Políticas públicas de emancipação digital: impactos do programa de inclusão sociodigital do estado da Bahia. **Revista EDAPECI**, v. 12, n. 12, p. 84-100, dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.29276/redapeci.2012.12.12915.%25p>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/edapeci/article/view/915>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRISOLA, Anna Cristina. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. 2021. Tese (Doutorado) — Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2003.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Relatório Conjunto sobre a Inclusão Social que sintetiza os resultados da análise dos Planos de Ação Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005)**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2003. COM (2003) 773 Final. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0773:FIN:PT:PDF>. Acesso em 26 set. 2024.

DORRICO, Julie. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Leno; CORREIA, Heloisa. **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. Disponível em: <https://www.editorafi.org/438indigena>. Acesso em: 26 set. 2024.

DOWNEY, Annie. **Critical Information Literacy**: foundations, inspiration and ideas. Sacramento, CA: Library Press Juice, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da ciência da informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/153133>. Acesso em: 26 set. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1020>. Acesso em: 24 set. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dvGnmB9JHnKR5gf7gFddNkr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29. jul. 2024.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Denizom Moreira de. Digital democracy e inclusão digital indígena como fortalecimento do pluralismo jurídico. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [São Paulo], v. 117, p. 627–644, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/218307>. Acesso em: 14 jan. 2024.

PAIVA, Eliane Bezerra. **Narrativas indígenas: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação**. 2013. 199f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PEREIRA, Beneildo Rodrigues Oliveira; SOUZA, Edivanio Duarte de. Patentes e conhecimentos tradicionais: uma breve discussão acerca da apropriação de propriedades coletivas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: PPGCI/UFRS, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxii/enancib/paper/view/1046/768>. Acesso em: 22 jun. 2024.

REZENDE, Angerlânia; CARVALHO, Wellington Marçal; FARIAS, Ronnie Anderson Nascimento; PAIVA, Eliane Bezerra. Povos Originários/Indígenas em foco guia de fontes de informação especializada. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jul./dez 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/59539>. Acesso em: 20 jan. 2024.

REZENDE, Angerlânia; PAIVA, Eliane Bezerra; SOUZA, Edivanio Duarte de. Competência crítica em informação dos povos originários: reflexões a partir da teoria da decolonialidade. **Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação**, Maceió, v. 6, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/view/133>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação implícita da informação no âmbito da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento: relações conceituais e tendências de pesquisa. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 73–95, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/48135>. Acesso em: 10 out. 2024.

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, Arthur Campos *et al.* (org.). **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 73-116.

SOARES, Mariane de Andrade. **Caminhos para viver o mbya reko: estudo antropológico do contato interétnico e de políticas públicas de etnodesenvolvimento a partir de pesquisa etnográfica junto a coletivos Guarani no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em

Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TERENA, Marcos. “Itinenóe Purutuíhako, Ainapó Nhakóe Ambenha Nhánheke, Vookuke Gonhuhótimo Kali Inzonéo, Kuánemaka Kali Émó-Hum, Enómone Vomixóne Ihái Vovokuké”. In: MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 15-34.

TEWELL, Eamon. A decade of critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, v. 9, n. 1, p. 24-43, 2015. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/comminfolit/vol9/iss1/2/>. Acesso em: jan. 2024.

Declaração de Contribuição dos Autores

Angerlânia Rezende – Conceptualização – Curadoria dos Dados – Análise Formal – Investigação – Metodologia – Escrita (rascunho original) – Escrita (análise e edição).

Ronnie Anderson Nascimento de Farias – Conceptualização – Metodologia – Supervisão – Validação – Visualização – Escrita (rascunho original) – Escrita (análise e edição).

Eliane Bezerra Paiva – Conceptualização – Análise Formal – Metodologia – Administração do Projeto – Supervisão – Validação – Visualização – Escrita (análise e edição).

Como citar o artigo:

REZENDE, Angerlânia; FARIAS, Ronnie Anderson Nascimento de; PAIVA, Eliane Bezerra. Competência crítica em informação como meio de inclusão digital no contexto dos povos originários. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 9, p. e38167, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2025v9n1ID38167>.